

As origens ideológicas da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América de 2002: reflexões nos dez anos do Onze de Setembro

The ideological origins of the 2002 National Security Strategy of the United States of America: Reflections ten years after 9/11

Erica Simone Almeida Resende*

Meridiano 47 vol. 12, n. 126, jul.-ago. 2011 [p. 12 a 19]

1. Introdução

Ao romper o século XXI, o sistema Pós-Guerra Fria, de configuração singular e híbrida, exigia dos Estados Unidos, então sob o governo de George W. Bush, uma urgente reflexão sobre suas prioridades estratégicas globais. Os atentados terroristas do Onze de Setembro de 2001 apenas confirmaram a necessidade inadiável de um grande projeto estratégico para o país. Os ataques de 2001 eram “algo novo sob o sol” (TALBOT; CHANDA, 2002, p. 10), obrigando os norte-americanos a reconsiderar seu lugar como nação. Dias após os atentados, o presidente W. Bush anunciava o novo caminho a ser seguido: o país estava diante de uma guerra sem fim contra o terror, de inimigos e meios de combate difusos, e quem não estivesse a favor estaria contra os Estados Unidos. Já no ano seguinte, esse discurso surgiu mais acabado como a nova estratégia da política externa norte-americana.

A proposta foi levada ao Congresso na forma de *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América* (NSS-2002). Os Estados Unidos substituíam a postura defensiva e reativa da Guerra Fria por um comportamento unilateral, proativo e belicoso. A NSS-2002 não foi, porém, uma reação improvisada. Suas origens remontam aos anos 1990, durante a presidência do democrata Bill Clinton. O objetivo deste artigo é, portanto, identificar suas origens ideológicas e mostrar que a estratégia antecedeu os eventos de 2001/2002.

Na primeira parte, identificaremos as principais transformações do sistema internacional com o fim da Guerra Fria, e como os Estados Unidos iniciaram uma reflexão sobre seu papel naquele cenário. Apresentaremos ainda as principais propostas estratégicas articuladas na década de 1990 para substituir a política da contenção: neoisolacionismo, engajamento seletivo, segurança cooperativa e primazia. A política que prevê a figura da “guerra de prevenção” se alimenta do mesmo pensamento que embasou a estratégia da primazia. No entanto, ao contrário daquela de dez anos antes, a primazia encontra, após os atentados de 2001, ambiente político mais receptivo à sua implementação.

* Professora Adjunta de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Coordenadora do Núcleo de Relações Internacionais da mesma universidade – NEI/UFRRJ (esa@infolink.com.br)

2. Os Estados Unidos e a (des)ordem do sistema pós-Guerra Fria

O fim da Guerra Fria introduziu uma mudança sistêmica que não levou ao restabelecimento da situação anterior. Que mundo era aquele? A indagação é relevante, pois uma característica que permeou a consolidação das Relações Internacionais como nova área de conhecimento foi a disciplina ter se desenvolvido tendo a lógica da Guerra Fria como principal referencial. À “elegante simplicidade”¹ do conflito bipolar seguiu-se um cenário de desorganização internacional onde os tradicionais referenciais teóricos eram inadequados. Para Albuquerque (1992), o desaparecimento da confrontação direta entre Estados Unidos e União Soviética teria provocado o fim do automatismo no tratamento de todo tipo de conflito. A definição de segurança deixou de ser o risco de uma confrontação entre as superpotências para ganhar significado mais autônomo, sem ideologias definidas. Assim, a prática recorrente de intervenção de cada superpotência em sua zona de influência concedia à ordem bipolar certo caráter autorregulador.

Ademais, a inexistência de um mecanismo de regulação automática teria legado aos Estados Unidos uma situação desafiadora. De um lado, se antes o alinhamento automático de seus aliados tradicionais era certo, agora eles passam a ser obrigados a adotar um sistema de negociação *ad hoc* para cada conflito. Por outro, com o esvaziamento do conteúdo ideológico dos alinhamentos, questões de legalidade e legitimidade se tornaram decisivas nas negociações diplomáticas. Paralelamente, face à necessidade de negociação intensa para ganhar aliados, previa-se a revalorização dos mecanismos de consulta bilaterais e de decisão multilateral.

Na época, houve certa dificuldade em explicar o fim da Guerra Fria e as novas circunstâncias da política internacional: fim inesperado do conflito, momento unipolar, movimentos sociais, novas questões de identidade, gênero e religião, crescente relevância dos atores não-estatais, movimentos contra-hegemônicos, etc. Novas circunstâncias e questões que exigiram que os teóricos de RI desenvolvessem novos referenciais para enfrentar, intelectualmente, os novos fenômenos políticos e sociais.

Nas interpretações da ordem pós-1989/91, os conflitos regionais e locais continuaram a existir e a se multiplicar. Albuquerque (1992) entende que a intensificação de conflitos teria propagado a ideia de “desordem mundial”, forçando os Estados Unidos a rever seus interesses estratégicos e a buscar uma nova estratégia de ação. Se o fim da Guerra Fria significou a perda da principal bússola da política externa norte-americana, agora era o momento de iniciar a busca de uma nova estratégia.

3. Em busca de uma nova estratégia

Como em 1945, os Estados Unidos se deparavam com a necessidade de articular um novo projeto de hegemonia global. Para tanto, pouco valiam os arcabouços teóricos do conflito anterior. Foi necessário apresentar novas propostas para criar ordem e perpetuar o projeto político hegemônico norte-americano. Como lembrou Nye (1990), para um novo tempo eram necessárias novas escolhas estratégicas, e os Estados Unidos precisavam estar adequadamente equipados para enfrentar os desafios do novo contexto internacional.

Ainda no começo da década de 1990, o Departamento de Estado iniciou a busca por um novo Sr. X, reanimando o debate entre isolacionistas e internacionalistas. Tal dinâmica não refletia um questionamento mais profundo: quem são os americanos e como se relacionam com o mundo não-americano? Em termos gerais, “isolacionistas” e “internacionalistas” representam posições identificáveis dentro de debates históricos e contemporâneos sobre objetivos e estratégias da política externa norte-americana. Independentemente do grau de complexidade dos contextos

1 Schlesinger (1991) mostra como as escolhas eram simples na Guerra Fria: alinhamento ao Oeste, alinhamento a Leste, ou não alinhamento.

históricos específicos, os defensores de ambas as posições têm percepções bastante definidas sobre sua própria identidade: enquanto “isolacionistas” se veem como representantes de um paradigma tradicional de *America First*, “internacionalistas” se consideram mais progressivos.

Apropriando-se de um discurso de referências aos mitos fundacionais da nação, os “isolacionistas” entendem que os Estados Unidos representam um modelo mundial por terem atingido perfeição no plano interno. Caberia ao país funcionar como um farol a iluminar o caminho a ser seguido pelos outros Estados, evitando se envolver diretamente com a “degeneração” da política internacional. Tratados, acordos e alianças internacionais constituiriam obstáculos e constrangimentos à execução desse objetivo. Já os “internacionalistas” defendem participação mais engajada na arena internacional para promover o poder norte-americano no plano global, assegurando, também, a promoção de seus interesses e valores. O centro do debate era determinar a melhor estratégia para o engajamento internacional: unilateralismo, ou multilateralismo.

Fato é que o fim da Guerra Fria privou os Estados Unidos de sua missão. Projetos de consolidação de poder nunca atraíram como projeto de salvação. Com a implosão da ameaça soviética, a necessidade da contenção acabava. No entanto, a lógica do *American way of life* exigia a expansão da ordem liberal, e o fim da Guerra Fria deixava nítido que tal tarefa seria difícil, se colocada em termos econômicos. A política externa norte-americana ganhava maior adesão doméstica quando atrelada a algum tipo de valor moral. O problema é que, em meados de 1989, não havia bárbaros prestes a invadir os portões da civilização. O início da década de 1990 foi especialmente produtivo, e algumas propostas estratégicas foram articuladas naquele período. Dessas, quatro merecerem atenção especial por terem promovido uma competição nos círculos políticos norte-americanos: neoisolacionismo, engajamento seletivo, segurança cooperativa e primazia.

Oferecendo uma interpretação mínima e restrita dos interesses nacionais norte-americanos (proteção da segurança, liberdade e propriedade), a **estratégia neoisolacionista** deveu sua impopularidade à limitação dos interesses nacionais e à aversão que o termo causa ao público em geral. A estratégia retoma uma antiga tradição norte-americana de não-envolvimento no sistema internacional, sendo logo associada, no imaginário coletivo nacional, ao discurso de despedida de George Washington, em 1796.

Tendo como principal âncora analítica uma variação do realismo defensivo, o neoisolacionismo é alimentado por uma interpretação reducionista da realidade Pós-Guerra Fria. Com a derrota do inimigo tradicional, nenhuma outra potência teria condições de ameaçar os Estados Unidos. Num resgate de argumentos isolacionistas clássicos, o território norte-americano encontrar-se-ia razoavelmente seguro pela posição geográfica privilegiada e por vizinhos aliados e militarmente fracos (LAYNE, 1993). A posse de vasto arsenal nuclear asseguraria a autonomia política e a dissuasão de eventuais ataques inimigos. Intervenções no exterior seriam raramente justificadas, já que os Estados Unidos não podem ser considerados responsáveis pela administração da ordem internacional. Rejeitada por quase todas as elites políticas norte-americanas atuais, a estratégia neo-isolacionista encontra alguma ressonância apenas em parcelas da população traumatizadas pelos efeitos da globalização e fortemente inseridas em uma tradição mítica de superioridade da sociedade *Wasp*.

A **estratégia do engajamento seletivo** (ART, 1991) não só obteve maior penetração política, como se transformou em doutrina oficial de Estado, sobretudo com o esforço de Anthony Lake, então assessor presidencial de Clinton. Tendo como objetivo assegurar a paz e a estabilidade entre potências com capacidades industriais e militares substanciais, é uma estratégia conservacionista do *status quo* que privilegia as grandes potências, uma vez que conflitos entre elas são muito mais perigosos para os Estados Unidos do que conflitos entre Estados mais fracos.

O engajamento seletivo não seria alimentado nem pelo realismo defensivo mínimo (neoisolacionismo), nem pelo realismo maximizador (estratégia da primazia). Sua fundamentação reside na própria noção de balança de poder, com prioridade à prudência. Caso o equilíbrio entre os pólos de poder demorasse a ocorrer, os Estados

Unidos deveriam estar prontos a intervir nas relações entre as grandes potências com o objetivo de restabelecer o equilíbrio e assegurar a estabilidade.

No entanto, já que o equilíbrio de poder dependeria da boa convivência entre as grandes potências, o engajamento seletivo deveria priorizar Estados e/ou regiões mais relevantes para a construção desse equilíbrio (VAN ERA, 1991). Assim, as regiões consideradas prioritárias para a política externa norte-americana eram as duas extremidades da Eurásia, o Oriente Médio e o Sudoeste Asiático². Pela mesma lógica seletiva, alguns temas, como a proliferação nuclear, receberiam atenção diferenciada. A avaliação caso a caso determinaria a participação norte-americana em intervenções no exterior: barganhas, cálculos de custo/benefício, interesses nacionais definidos caso a caso, apoio da opinião pública, eventuais custos políticos do não-envolvimento etc.

Seu maior problema, todavia, residia na ausência de elementos normativos e/ou idealistas. Seu caráter excessivamente pragmático destoava da tradição norte-americana de combinar pragmatismo com princípios morais. A proposta de engajamento seletivo ficava em desvantagem, se comparada com as cores nacionalistas e/ou patrióticas da estratégia da primazia, ou mesmo com o compromisso liberal da segurança cooperativa. Sua seletividade impunha aos Estados Unidos um comportamento por vezes letárgico e distanciado, interpretado como incompatível com seu peso político. Ao mesmo tempo, a seletividade abalava o prestígio do país. Percepções de abandono (no Terceiro Mundo) e de dominação (na Eurásia) alimentavam a impressão de uma política externa esquizofrênica.

Finalmente, sua seletividade era falsa, pois quase nenhuma região escapava ao projeto de hegemonia global dos Estados Unidos. Ao definir como prioritárias regiões inteiras como a Eurásia, Oriente Médio, Sudoeste Asiático e Extremo Oriente, ela acaba englobando a maior parte do mundo. A seletividade seria ilusória, ao criar o paradoxo de se envolver em conflitos justamente para evitar conflitos.

Alimentada por uma matriz liberal, a **estratégia de segurança cooperativa** (KUPCHAN, 1991; INSTITUTE FOR DEFENSE AND DISARMAMENT, 1992) se assentava na caracterização da paz como bem coletivo. Novas ameaças de natureza difusa e transnacional – proliferação de armas de destruição em massa, genocídio, deslocamentos causados por guerras civis etc. – teriam alimentado a noção de certa interdependência em termos de segurança. As novas ameaças tinham a capacidade de evoluir de conflitos localizados para globais, o que fazia que qualquer situação de insegurança fosse percebida como um tipo de conflito que pudesse escalar para uma quebra da segurança internacional como um todo. Coerente com a tradição liberal, a estratégia destacava o papel das instituições internacionais na coordenação da segurança coletiva.

A novidade da estratégia é combinar promoção da democracia com engajamento de instituições internacionais como forma de sanar os tradicionais problemas da ação coletiva. Sua agenda de ação se articula em torno de quatro itens: proliferação de armas de destruição em massa definida como principal ameaça, posicionamento dos “Estados párias” como inimigos, centralidade atribuída aos conflitos regionais interestatais e aos intraestatais, e posicionamento favorável a intervenções humanitárias.

No entanto, a estratégia de segurança cooperativa apresentava deficiências em diversos aspectos. Primeiro, era irrealista esperar que os Estados abandonassem suas concepções de interesses nacionais motivados pelo apelo à promoção do bem comum (BETTS, 1992; MEARSHEIMER, 1994/1995). Além disso, a possibilidade de *freeriders* criava um paradoxo: em vez identificar um inimigo e formular uma estratégia para combatê-lo, a própria estratégia criava o inimigo a ser combatido. Segundo, o cenário Pós-Guerra Fria se mostrava refratário a tal projeto, devido à baixa credibilidade quanto a uma estratégia tão global. Terceiro, mesmo admitindo-se o caráter pacífico dos regimes democráticos, sempre haveria a dificuldade em obter o apoio da opinião pública para o envio de tropas para conflitos distantes. Finalmente, estaria colocada a possibilidade, para os Estados Unidos, de participar de mais de um conflito ao mesmo tempo.

2 O Terceiro Mundo estaria fora das prioridades estratégicas norte-americanas. México, Brasil, África do Sul, Argélia, Egito, Turquia, Índia, Paquistão e Indonésia foram classificados como Estados pivôs pelo impacto futuro em suas respectivas regiões.

A última proposta daquele período foi a **estratégia da primazia**. Ao contrário das demais, foi a única a usufruir de *status* de doutrina oficial, pois foi apresentada em documento assinado pelo então secretário da Defesa, Dick Cheney. Suas raízes ideológicas residem no debate sobre o chamado “momento unipolar” (HAAS, 1999; HUNTINGTON, 1993; KRAUTHAMMER, 1991), que destacava as características singulares do cenário internacional.

Ainda na década anterior, empenhados em superar o trauma da derrota no Vietnã, intelectuais neoconservadores já atacavam a política da contenção, especialmente em relação à dissuasão nuclear, interpretada como passiva, ineficaz e amoral. A eleição de Ronald Reagan possibilitou a ascensão do grupo, que teve papel fundamental na articulação do projeto “Guerra nas Estrelas”. Embora nunca tenha saído do papel, o projeto representou o triunfo da crítica à política da dissuasão nuclear praticada até então.

Desde essa época, neoconservadores ligados ao Departamento de Defesa e a *think tanks* de direita³ cresceram em influência e prestígio. Defendendo o retorno aos “valores tradicionais americanos”, eles condenavam o comportamento dos Estados Unidos na política internacional: um Estado rico e poderoso que, nas últimas décadas, agia como se fosse pobre e fraco⁴. Para eles, com a desintegração da União Soviética, os Estados Unidos deveriam agir como “o *hegemon* global dos *hegemons* regionais, o chefe de todos os chefes” (KURTH, 1996).

Apesar de críticas iniciais, os neoconservadores ganharam apoio de republicanos e de democratas, sobretudo devido à estratégia da primazia, cujo objetivo seria a consolidação e a manutenção do momento unipolar. O entendimento era que os demais Estados deveriam ser impedidos, por meio da força, se necessário, de tentar competir com o poderio militar norte-americano. Além da manutenção da primazia, seria necessário minimizar os temores de dominação por meio da promoção de valores universais, como direitos humanos, democracia e livre comércio. O discurso que articulava a estratégia da primazia estabelecia que, por terem derrotado a União Soviética, os Estados Unidos teriam direito ao “espólio da guerra”: usufruir dos benefícios gerados pela nova ordem unipolar.

Entretanto, a ênfase à primazia militar, mesmo na ausência de rivais, transmitia a ideia de que estabilidade seria consequência direta da unipolaridade. Nos termos em que foi articulada, a estratégia criava uma relação direta entre estabilidade internacional e segurança nacional, o que exigia esforços contínuos para manter o momento unipolar. A multipolaridade não poderia emergir sob pena de trazer instabilidade. Além disso, a ordem unipolar seria normativamente superior, benéfica a todos e mais adequada aos novos tempos, razão pela qual deveria ser prolongada (KRISTOL; KAGAN, 1996; MURAVCHIK, 1996).

Quanto às relações entre as grandes potências, a primazia deixava claro que a emergência de um rival deveria ser percebida não apenas como uma ameaça aos Estados Unidos e à própria ordem mundial. Por isso, quaisquer aspirações hegemônicas, de potências regionais ou globais, deveriam ser rechaçadas. Para tanto, seria necessário um aparelhamento militar quantitativamente semelhante ao da Guerra Fria, além de qualitativamente superior. A fim de dissuadir competidores, os Estados Unidos deveriam estar preparados para aumentar os gastos com defesa e investir pesadamente em tecnologias de guerra mais avançadas. Como resultado, houve um aquecimento do complexo militar-industrial no início da década de 1990⁵.

Todavia, o que chama a atenção nessa estratégia é a ideia que se apresenta como corolário necessário à manutenção da primazia: o da “guerra preventiva”. Apresentada inicialmente em um documento secreto do Pentágono, ela se prestaria, sobretudo, a reafirmar a primazia dos Estados Unidos. Proposta por Paul Wolfowitz, então subse-

3 *Rand Corporation, Hoover Institution, American Enterprise Institute e Center for Strategic and International Studies (CSIS)*. Ver Hassner e Váisse (2000, p. 38-39).

4 Segundo Muravchick (1996, p. 36), “Podemos nos dar ao luxo de promover qualquer política externa de que precisamos ou queremos. Somos o país mais rico do mundo, o mais rico já visto na História. Hoje, somos mais ricos do que antes. Controlamos não menos, mas mais recursos”.

5 O orçamento de defesa para 1993 foi de US\$ 274 bilhões, mantendo-se o volume dos anos anteriores. A aprovação de tal orçamento indica a persistência de padrões de defesa típicos da Guerra Fria, apesar da inexistência de ameaças ou inimigos capazes justificar a manutenção de tais gastos no Pós-Guerra Fria.

cretário de Defesa, e seu assessor, Lewis Libby, quando o contexto da Guerra do Golfo que indicava que Saddam Hussein não seria deposto, a ideia agradou diversos segmentos que haviam criticado o suposto recuo no Kuwait. No entanto, disputas de poder no interior do próprio Governo Bush provocaram o vazamento de partes do texto da nova estratégia⁶. Sob fortes críticas da imprensa e da comunidade especializada (LEFFLER, 1992; JERVIS, 1993), a Casa Branca recuou, levando o então secretário de Defesa, Dick Cheney, a afirmar que a proposta não expressava uma política oficial.

Para Posen e Ross (2001), a política externa daquela década combinou elementos das quatro estratégias, com alguma ênfase para a primazia. O republicano George Bush expressou seu compromisso com a segurança cooperativa quando falou de uma “Nova Ordem Mundial”, em 1991. Eleito em 1992, o democrata Bill Clinton manteve o mesmo gabinete de Defesa e autorizou a publicação do “Defense Strategy for the 1990’s: The Regional Defense Strategy”, com fortes tons de primazia⁷. Apesar de valorizar a diplomacia comercial⁸, Clinton promoveu uma política externa que combinava elementos de todas as estratégias⁹, o que sinalizava a falta de coerência e de uniformidade estratégica.

Às portas do século XXI, o balanço da política externa norte-americana chegou a uma decepcionante conclusão: não houve uma macroestratégia capaz de substituir a política da contenção. Washington oscilava entre quatro diferentes estratégias, travando intensos debates sobre o tipo de política externa a ser promovida. O diagnóstico de Khalilzad (1995, p. *vii*) confirma a carência de uma macro-estratégia e um forte empirismo na formulação de política externa daquela década: “Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos estavam relativamente certos de seus objetivos. Hoje isso não ocorre (...). Na verdade, eles operam sem uma grande estratégia desde o fim da Guerra Fria.”

4. Considerações finais

No fim da década de 1990, com a chegada de George W. Bush, o cenário se altera. Definindo-se como um conservador moderado e justo, W. Bush derrota o democrata Al Gore em eleições controversas e toma posse em 2001. Enquanto cumpria promessas de campanha, buscava uma orientação para sua política externa e flertava com o neoisolacionismo¹⁰. Uma única iniciativa destoava do restante da agenda, apesar de seus enormes custos políticos com relação à Rússia: o projeto do escudo antimísseis. Todavia, os artigos de Condoleezza Rice (2000), Donald Rumsfeld (2002) e Robert Zoelick (2000) já indicavam o retorno do projeto da primazia. Os ataques de 2001 forneceram a oportunidade para a reorientação da política externa, ao criarem um ambiente mais receptivo à primazia do que na década de 1990.

Por tais razões, entendemos que a *Estratégia de Segurança Nacional* foi alimentada pelo mesmo pensamento ideológico que a proposta de primazia. Foi articulada pelo mesmo grupo de neoconservadores que, com a eleição

6 *The New York Times* de 8 de março de 1992 publicou trechos do *Defense Planning Guidance* sob o título “Excerpts from Pentagon’s Plan: ‘Prevent the Emergence of a New Rival’”.

7 Com a saída de Cheney, o documento foi arquivado, juntamente com o *Defense Planning Guidance*.

8 Assinatura de acordo bilateral comercial com a China em 1993; entrada em vigor do NAFTA; apoio à criação da OMC em 1994; empréstimos de US\$ 20 bilhões ao México em 1995.

9 Do isolacionismo, a ênfase nas negociações de acordos comerciais bilaterais. Do engajamento seletivo, o bombardeio de centrais de inteligência em Bagdá, em 1993, a relutância no envio de tropas a Ruanda em 1994 e a fortificação da fronteira entre Kuwait e Iraque em 1994. Da segurança cooperativa, os bombardeios à Bósnia em 1994, o processo de expansão da Otan e a negociação dos Acordos de Dayton em 1994.

10 Nos primeiros seis meses de governo, W. Bush rejeitou o Protocolo de Kioto, rompeu o Tratado de Mísseis Antibalístico de 1972, anunciou o projeto do escudo antibalístico, congelou o processo de aproximação entre as Coreias (a chamada “Sunshine Policy”) e desautorizou a adesão ao Tribunal Penal Internacional.

de W. Bush, finalmente chegou ao primeiro escalão. Nesse sentido, a campanha da Guerra ao Terror admite ser interpretada como veículo para a legitimação, promoção e sustentação da primazia no Pós-Guerra Fria.

Referências

- ALBUQUERQUE, J. A. G. *O Futuro do Brasil: a América Latina e o fim da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ART, R. “A Defensible Defense: America’s Grand Strategy After the Cold War”, *International Security*, v. 15, nº 4, pp. 5-53, 1991.
- BETTS, R. K. “Systems for Peace or Causes of War? Collective Security, Arms Control, and New Europe”. *International Security* v. 17, nº 1, 1992, pp. 5-43.
- GADDIS, J.L. “E essa agora: Lições da antiga era para a próxima”. In: TALBOTT; CHANDA (2002), pp. 19-37.
- HAAS, R. “What to do with American Primacy?”. *Foreign Affairs*, v. 78, nº 5, 1999.
- HASSNER, P.; VAÏSSE, J. *Washington et le Monde: dilemmes d’une superpuissance*. Paris: Autrement, 2000.
- HUNTINGTON, S. P. “Why International Primacy Matters”. *International Security*, v. 17, nº 4, 1993.
- INSTITUTE FOR DEFENSE AND DISARMAMENT. “After the Cold War: a Debate on Cooperative Security”. *Boston Review*, v. 17, nº 6, 1992.
- JERVIS, R. “International Primacy: Is the Game Worth the Candle?”. *International Security*, v. 17, nº 4, 1993.
- KHALILZAD, Z. M. *From Containment to Global Leadership? America and the World After the Cold War*. Santa Monica: RAND, 1995.
- KISSINGER, H. *Does America need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century*. New York: Simon & Schuster, 2001.
- KRAUTHAMMER, C. “The Unipolar Moment”, *Foreign Affairs*, v. 70, nº 1, 1991.
- KRISTOL, W.; KAGAN, R. “Toward a Neo-Reaganite Foreign Policy”. *Foreign Affairs*, v. 75, nº 4, pp. 18-32, 1996.
- KUPCHAN, C. A. “Concerts, Collective Security, and the Future of Europe”. *International Security*, v. 16, nº 1, 1991.
- KURTH, J. “America’s Grand Strategy: a Pattern of History”, *The National Interest*, nº 43, pp. 3-19, 1996.
- LAYNE, C. “The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Arise”, *International Security*, v. 17, nº 4, pp. 5-51, 1993.
- LEFFLER, M. P. *A Preponderance of Power: National Security, the Truman Administration, and the Cold War*. Stanford: Stanford University Press, 1992.
- LIPSET, S.M. *The First New Nation: the United States in Historical and Comparative Perspective*. New York: Basic, 1963.
- MEARSHEIMER, J. J. “The False Promise of International Institutions”, *International Security* v. 19, nº 3, pp. 5-49, 1994/1995.
- MURAVCHIK, J. *The Imperative of American Leadership: a Challenge to Neo-Isolationism*. Washington: AEL Press, 1996.
- NYE, J. *Bound to Lead: the Changing Nature of American Power*. New York: Basic, 1990.
- POSEN, B. R.; ROSS, A. L. “Competing Visions for U.S. Grand Strategy”, pp. 3-51. In: BROWN, M. E.; COTÉ JR., O. R.; LYNN-JONES, S.; MILLER, S. (Ed.). *America’s Strategic Choices*. Cambridge: MIT Press, 2001.
- RICE, C. “Promoting the National Interest”. *Foreign Affairs*, v. 79, nº 1, 2000.
- RUMSFELD, D. H. “Transforming the Military”. *Foreign Affairs*, v. 81, nº 3, 2002.
- SCHLESINGER, J. “New Instability, New Priorities”. *Foreign Policy*, v. 85, pp. 3-25, Winter, 1991.
- TALBOT, S.; CHANDA, N. (orgs.). *A Era do Terror. O mundo depois de 11 de Setembro: reflexões e alertas para o futuro*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VAN ERA, S. “The United States and the Third World: When to Intervene?”. In: OYE, K. A.; LIEBER, R.; ROTHCHILD, D. (eds.). *Eagle in a New World: American Grand Strategy in the Post-Cold War Era*. New York: Harpercollins, 1991, pp. 105-150.
- ZOELLICK, R. B. “A Republican Foreign Policy”. *Foreign Affairs*, v. 79, nº 1, 2000.

Resumo

A proposta deste artigo é identificar as origens ideológicas da *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América* (NSS-2002), cujas raízes se encontram na competição entre estratégias ocorrida nos círculos de política externa norte-americana na década de 1990. Entendemos que a NSS-2002, principal veículo de promoção da chamada Guerra ao Terror, seria fruto do mesmo pensamento ideológico da estratégia da primazia.

Abstract

This article attempts to identify the ideological origins of the *2002 National Security Strategy of the United States of America* (NSS-2002), which may be traced back to the competition among strategies in the 1990's foreign policy-making circles. I believe that the NSS-2002, the main channel for the War on Terror, derives from the same ideological thinking of the strategy of primacy.

Palavras-chave: Estados Unidos; Política Externa; Estratégia de Segurança Nacional;

Key-words: United States; Foreign Policy; National Security Strategy;

Recebido em: 10/07/2011

Aprovado em: 18/08/2011

